



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 2168/2024

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2024.

[REMOVIDO], ajuizado por [NOME]

Trata-se de Autora, portadora de Encefalopatia Crônica (CID-10 G93.4) devido Hidropsia fetal de etiologia não definida. Possui atraso importante do desenvolvimento neuropsicomotor, distúrbio de deglutição (CID-10 R13) e epilepsia (CID-10 G40.0). É totalmente dependente de terceiros, não possui autonomia e controle de suas funções motoras e fisiológicas. Alimenta-se por meio de gastrostomia, sem possibilidade atual de reversibilidade. Assim, necessita dos seguintes equipamentos e insumos: transporte sanitário para o deslocamento para as consultas ambulatoriais e terapias; cadeira de banho reclinável adaptada com apoio de cabeça, tronco e pés; seringas descartáveis 10ml e 60mL sem agulha, com bico; sonda de gastrostomia tipo botton nível de pele 16FR 1,2 cm; kit de extensores para sonda de gastrostomia nível de pele compatíveis com a sonda fornecida; fraldas descartáveis (tamanho XG), suplemento nutricional infantil em pó (Evento 1, ANEXO2, Páginas 22 a 24).

A paralisia cerebral (PC), também denominada encefalopatia crônica não progressiva da infância (ECI), é definida como um grupo heterogêneo e não bem delimitado de síndromes neurológicas residuais, causadas por lesões não progressivas do encéfalo imaturo, manifestando-se basicamente por alterações motoras, com padrões anormais de postura e de movimento, podendo apresentar distúrbios associados mentais, sensoriais e de comunicação. A PC pode ser classificada por dois critérios: pelo tipo de disfunção motora presente, ou seja, o quadro clínico resultante, que inclui os tipos extrapiramidal ou discinético (atetoide, coreico e distônico), atáxico, misto e espástico; e pela topografia dos prejuízos, ou seja, localização do corpo afetado, que inclui tetraplegia ou quadriplegia, monoplegia, paraplegia ou diplegia e hemiplegia.

Diante do exposto, informa-se que os insumos e equipamentos pleiteados: cadeira de banho reclinável, seringas descartáveis 10ml e 60mL sem agulha, com bico, sonda de gastrostomia tipo botton 16FR, kit de extensores para sonda de gastrostomia e fraldas descartáveis (tamanho XG), estão indicados ao manejo terapêutico do quadro clínico da Autora – encefalopatia crônica por hidropsia fetal (Evento 1, ANEXO2, Páginas 22 a 24).

Quanto à disponibilização dos itens pleiteados, no âmbito do SUS seguem as seguintes considerações:

- seringas descartáveis 10ml e 60mL sem agulha, com bico, sonda de gastrostomia tipo botton 16FR, kit de extensores para sonda de gastrostomia e fraldas descartáveis (tamanho XG) - não estão padronizados em nenhuma lista oficial de insumos para dispensação no SUS, no âmbito do município e do estado do Rio de Janeiro;
- cadeira de banho reclinável - está padronizado no âmbito do SUS, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP) na qual constam: cadeira de rodas para banho com encosto reclinável, cadeira de rodas para banho em concha infantil e cadeira de rodas para banho com aro de propulsão, sob os códigos de procedimentos: 07.01.01.024-0, 07.01.01.004-5, 07.01.01.023-1 e 07.01.01.025-8, conforme disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Neste sentido, destaca-se que a dispensação, confecção, adaptação e manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM), são de responsabilidade das oficinas ortopédicas. Tais oficinas devem estar articuladas e vinculadas a estabelecimentos de saúde habilitados como Serviço de Reabilitação Física ou ao CER com serviço de reabilitação física.

Considerando o município de residência da Autora e a Rede de Reabilitação Física do Estado do Rio de Janeiro, ressalta-se que, no âmbito do município do Rio de Janeiro é de responsabilidade da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação/ABBR ou Instituto Municipal de Reabilitação Oscar Clark a dispensação e de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, padronizados no SUS, conforme Deliberação CIB-RJ n.º 6.262, de 17 de setembro de 2020, que repactua a grade de referência da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Cumpra ainda esclarecer que o fluxo administrativo para a obtenção das órteses e dos meios auxiliares de locomoção, consiste no encaminhamento da Autora, via Sistema Nacional de Regulação (SISREG), pela sua unidade básica de saúde de referência, à uma das instituições da Rede de Reabilitação Física do Estado do Rio de Janeiro.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

No intuito de identificar o correto encaminhamento da Autora aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou site da plataforma do SISREG III e verificou que ela foi inserida em 02 de abril de 2024, para o procedimento consulta em reabilitação - prescrição cadeira de rodas, com classificação de risco amarelo – urgência e situação agendada para 19 de junho de 2024 às 14:25h na Policlínica Manoel Guilherme - PAM Bangu (ANEXO).

Desta forma, entende-se que a via administrativa está sendo utilizada no caso em tela. No entanto, sugere-se que seja verificado com a representante legal da Autora se houve comparecimento à consulta para obtenção da cadeira de banho reclinável a qual foi regulada, via SISREG, e quais foram os desdobramentos do referido atendimento.

Adicionalmente, cabe esclarecer que os equipamentos e insumos pleiteados possuem registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Já o insumo fralda descartável trata-se de produto dispensado de registro na ANVISA.

Por fim, informa-se que o fornecimento de informações acerca de transporte não consta no escopo de atuação deste Núcleo.

Quanto a prescrição do suplemento nutricional, cumpre esclarecer que de acordo com a Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional Domiciliar, em pacientes em terapia nutricional domiciliar com gastrostomia, como no caso da Autora, é recomendado que seja ofertada dieta mista, onde é intercalada a oferta de dieta artesanal com dieta industrializada ou módulos industrializados, ou dieta industrializada, mediante o quadro de distúrbio metabólico, desnutrição, lesão por pressão, ou más condições higiênico-sanitárias.

Quanto ao estado nutricional da autora, seu IMC foi informado 7,93 kg/m², contudo a ausência do nível de comprometimento motor (GMFCS - Gross Motor Function Classification System I-V), nos impede de aplicar o dado informado na curva específica para paralisia cerebral, para que possamos realizar os cálculos nutricionais e verificar o estado nutricional atual da autora.

Nesse contexto, tendo em vista o informado em documento médico acostado que a autora apresenta magreza acentuada (Evento 1, ANEXO2, Página 22), é viável o uso de fórmula enteral industrializada prescrita, para auxiliar na recuperação do estado nutricional da autora.

Quanto a quantidade prescrita, 7 colheres medida no desjejum, 7 colheres medida no lanche e 7 colheres medida na ceia, totalizando 21 colheres medida/dia. Participa-se que essa quantidade forneceria autora um adicional calórico e proteico diário de 633,6 kcal e 14g e para o atendimento seriam necessárias 10 latas de 400g/mês.

Elucida-se que não foram acostadas informações concernentes a alimentação da autora, os alimentos consumidos em um dia adequados a passagem da sonda, suas quantidades e horários, tais informações nos auxiliariam na verificação da quantidade de suplemento nutricional prescrita se adequada, além ou aquém das suas necessidades nutricionais.

Destaca-se que indivíduos em uso de suplementos nutricionais industrializados necessitam de reavaliações periódicas, visando verificar a evolução do quadro clínico e a necessidade da permanência ou alteração da terapia nutricional inicialmente proposta. Neste contexto, foi informado que a autora fará uso da terapia prescrita por 6 meses.

Ressalta-se que o produto nutricional prescrito (Fortini Plus) possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Acrescenta-se que os processos licitatórios obedecem à descrição do produto e não à marca comercial bem como à opção mais vantajosa para a administração pública, permitindo a ampla concorrência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Cumpre destacar que suplementos alimentares como a opção prescrita não se encontram padronizados em nenhuma lista oficial para dispensação pelo SUS, no âmbito do município e no estado do Rio de Janeiro.

É o parecer.

À 34ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.